Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês

Hospital Regional de Jundiaí

Demonstrações financeiras "carve out" em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Balanços patrimoniais 7

Demonstrações dos resultados 8

Demonstrações dos resultados abrangentes 9

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 10

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto) 11

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras 12

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente

Aos Conselheiros e Diretores do
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês, gestor do
Hospital Regional de Jundiaí
Jundiai - São Paulo

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" do Hospital Regional de Jundiaí ("Entidade") filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Regional de Jundiaí filial do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras "carve out"
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.a que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e os critérios utilizados para rateio e alocação das receitas, despesas, ativos e passivos. Consequentemente, essas

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

demonstrações financeiras "carve- out" podem não ser necessariamente um indicativo da performance financeira e dos resultados das operações futuras que seriam obtidos caso fossem consideradas todas as operações da Entidade como uma entidade jurídica. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Reequilíbrio econômico de contrato de gestão junto a Secretaria Estadual da Saúde
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, que indica que em 31 de dezembro de 2017 o contrato de gestão junto à Secretaria Estadual da Saúde apresentava deficiência de capital de giro de R$ 3.169.423. O Instituto iniciou as negociações e tratativas junto à Secretaria Estaduall da Saúde visando a renegociação dos repasses do contrato de gestão para equalizar os seus fluxos financeiros. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos, não houve desfecho desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício anterior
O exame do balanço patrimonial "carve-out" em 01º de janeiro de 2016 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e o exame das demonstrações financeiras "carve-out" relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota 4, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 4 de março de 2016 e 3 de abril de 2017, respectivamente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 examinamos os ajustes nos valores correspondentes ao balanço patrimonial "carve-out" em 1º de janeiro de 2016 e das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial "carve-out" em 1º de janeiro de 2016 e sobre as demonstrações financeiras "carve-out" do Instituto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto.

Outros assuntos - restrições sobre uso e distribuição
As demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas foram elaboradas pela administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês com o propósito específico de serem utilizadas no processo de prestação de contas com a Secretaria Estadual da Saúde. Consequentemente, elas podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização e informação no processo de prestação de contas com a Secretária Estadual de Saúde identificados pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não o do Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês, Hospital Regional de Jundiaí e Secretaria Estadual da Saúde.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out"
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out".

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out" representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcos A Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês
Hospital Regional de Jundiaí

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 1° de janeiro de 2016

(Valores expressos em Reais - R$)

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Ativo circulante				
Recursos financeiros vinculados à projetos	5	2.260.247	56.188	108.077
Recursos a receber de projetos - Contratos de gestão e convênios		94.360	-	-
Estoques	6	464.837	516.061	530.657
Créditos diversos		27.087	13.217	19.782
Total do ativo circulante		2.846.531	585.466	658.516
Ativo não circulante				
Depósitos judiciais		96.481	49.098	-
Imobilizado	7	6.211.205	6.448.835	7.092.703
Total do ativo não circulante		6.307.686	6.497.933	7.092.703
Total do ativo		9.154.217	7.083.399	7.751.219

Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado	01/01/2016 Reapresentado
Passivo circulante				
Fornecedores	8	2.966.165	3.542.877	4.024.460
Obrigações trabalhistas	9	1.786.210	1.451.988	973.271
Obrigações tributárias	10	203.697	178.126	213.369
Outras contas a pagar - partes relacionadas	11	1.056.203	923.231	1.181
Outras contas a pagar		3.679	1.375	2
Total do passivo circulante		6.015.954	6.097.597	5.212.283
Passivo não circulante				
Provisão para demandas judiciais	12	89.846	22.313	-
Subvenções de investimentos à realizar		61.867	3.355	11.234
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	13	6.126.034	6.448.835	7.092.703
Outras contas a pagar - partes relacionadas	11	485.097	-	-
Total do passivo não circulante		6.762.844	6.474.503	7.103.937
Patrimônio líquido	14			
(Déficits) acumulado		(5.488.701)	(4.565.001)	(1.815.110)
Superávit (déficit) do exercício		1.864.120	(923.700)	(2.749.891)
Total do patrimônio líquido		(3.624.581)	(5.488.701)	(4.565.001)
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.154.217	7.083.399	7.751.219

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês
Hospital Regional de Jundiaí

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais - R$)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Receitas operacionais			
Recursos dos contratos de gestão - estadual	15	38.302.545	30.958.341
Receitas com doações		85.172	-
Outras receitas		55.522	50.508
		38.443.239	31.008.849
Receitas (despesas) operacionais			
Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos	16	(33.263.811)	(29.020.374)
Utilidade pública	17	(897.395)	(1.049.205)
Serviços profissionais	18	(913.656)	(598.360)
Contingências		(56.488)	(22.313)
Depreciações	7	(943.621)	(898.341)
Outras despesas operacionais	19	(543.665)	(363.844)
		(36.618.636)	(31.952.437)
Superávit (déficit) operacional antes do resultado financeiro		1.824.603	(943.588)
Despesas financeiras	20	(37.094)	(51.676)
Receitas financeiras	20	76.611	71.564
Receitas financeiras, líquidas		39.517	19.888
Superávit (déficit) do exercício		1.864.120	(923.700)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês
Hospital Regional de Jundiaí

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais - R$)

	Notas	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Superávit (déficit) do exercício		1.864.120	(923.700)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente do exercício		1.864.120	(923.700)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês
Hospital Regional de Jundiaí

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais - R$)

	(Déficit) acumulado	(Déficit) do exercício	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2016 (reapresentado)	(1.815.110)	(2.749.891)	(4.565.001)
Incorporação do (déficit) do ano anterior ao (déficit) acumulado	(2.749.891)	2.749.891	-
(Déficit) do exercício (reapresentado)	-	(923.700)	(923.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	(4.565.001)	(923.700)	(5.488.701)
Incorporação do (déficit) do ano anterior ao (déficit) acumulado	(923.700)	923.700	-
Superávit do exercício	-	1.864.120	1.864.120
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(5.488.701)	1.864.120	(3.624.581)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês
Hospital Regional de Jundiaí

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em Reais - R$)

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Das operações sociais:		
Superávit (déficit) do exercício	1.864.120	(923.700)
Ajustes por:		
Provisão para demandas judiciais	67.533	22.313
Depreciações	943.621	898.341
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Recursos financeiros vinculados a projetos	(2.204.059)	51.889
Estoques	51.224	14.596
Créditos diversos	(13.870)	6.565
Depósitos judiciais	(47.383)	(49.098)
Recursos a receber de projetos - Contratos de gestão e convênios	(94.360)	-
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(576.712)	(481.583)
Obrigações trabalhistas	334.222	478.718
Obrigações tributárias	25.571	(35.243)
Outras contas a pagar	2.304	1.373
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	(943.621)	(898.341)
Subvenções de Investimentos à Realizar	58.512	(7.879)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(532.898)	(922.049)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Subvenção de bens a apropriar - compra de imobilizado	620.820	254.474
Adições no imobilizado	(705.991)	(254.474)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(85.171)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento de partes relacionadas	618.069	922.049
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	618.069	922.049
Variação de caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras "carve out"

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês ("Instituto") é uma entidade constituída em 14 de abril de 2008, sem fins econômicos ou lucrativos, com sede na Rua Peixoto Gomide nº 337, Bela Vista, São Paulo, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica, sob o nº 09.538.688/0001-32.

Em 15 de julho de 2008, foi reconhecido pela Secretaria Municipal de Gestão como Organização Social de Saúde no Município de São Paulo e, em 30 de novembro de 2009, como Organização Social de Saúde pela Secretaria Estadual de Gestão Pública, podendo, assim, efetuar parcerias junto aos Órgãos Públicos Municipais e Estaduais.

Contratos de Gestão com o Governo de São Paulo - Hospital Regional de Jundiaí
Localizado na Rua Campos Sales, nº 371, Vila Boavista, Jundiaí. Contrato de Gestão nº 001.0500.000025/2014 firmado em 11 de junho de 2014 com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, prevê a gestão a partir de 12 de junho de 2015 por 5 anos. O valor de repasse estimado para 2018 é de R$ 48,3 milhões.

1.1 Plano da Administração do Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês - Hospital Regional de Jundiaí

O Hospital Regional de Jundiaí incorreu em um superávit de R$ 1,9 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, reduzindo o seu patrimônio líquido negativo de R$ 5,5 milhões para R$ 3,6 milhões. O passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 3,7 milhões.

Os principais fatores que contribuíram para a geração dos déficits acumulados foram:

- O aumento do custo saúde (VCMH) nos últimos anos, sendo superior aos índices inflacionários oficiais;
- A crise econômica que contribui para aumento da procura pelo SUS de uma população que até então estava sendo atendida pela saúde suplementar;
- A ausência de reajustes contratuais compatíveis com índices inflacionários no período compreendido entre janeiro/2014 à agosto/2017. O reajuste acumulado neste período somou 10,70% contra 23,37% de variação no IPCA;

Ainda que o caso em epígrafe trate de um hospital geral de baixa e média complexidade e de portas fechadas, os fatores acima impactaram diretamente na operação contribuindo para geração de déficits operacionais.

A partir de setembro/2017, com a abertura de 60 novos leitos, o valor do repasse mensal foi revisado e passou de R$ 2,6 milhões/mês para R$ 4,0 milhões/mês, refletindo diretamente no resultado do exercício.

O Instituto iniciou em dezembro de 2016 acentuado processo de mudança na sua governança corporativa, com reestruturação administrativa compreendida em diversos níveis, desde a Diretoria Executiva até as médias lideranças e equipes, com importantes reflexos em todas as unidades por ele administradas. Tais mudanças consolidam a revisão e readequação de processos e áreas que passam a aperfeiçoar metodologias de gestão em linha com as melhores práticas do mercado e atendendo também às diretrizes dos órgãos reguladores competentes.

Buscando otimização e melhor aplicação dos recursos, a administração centralizou áreas estratégicas para o bom andamento das atividades como Suprimentos, melhorando as condições de compras e contratações de serviços e refletindo em preços mais competitivos com impacto direto no resultado da operação.

Em Recursos Humanos, a administração tem acompanhado de perto a evolução do quadro de pessoal, buscando profissionais qualificados, com salários compatíveis a sua função e atividade fim, sempre observando as premissas orçamentárias definidas.

Todo esse processo de mudança, aliado à expectativa de manutenção da correção adequada dos valores do Contrato de Gestão, já em discussão com a Secretaria Estadual da Saúde, trará a possibilidade de melhores resultados no decorrer dos anos subsequentes com recuperação a médio e longo prazo através de equalização de valores orçados para o custeio, reduzindo gradativamente o Patrimonio Liquido negativo acumulado. Ressalta-se tambem que o Instituto tem acordo de colaboração firmado com a Sociedade Beneficente de Senhoras Sírio Libanês, que consiste em aporte financeiro necessário para a manutenção da unidade por meio de doações (materiais ou monetárias) para custear as despesas da unidade.

Em 2017 o Hospital Regional de Jundiaí recebeu aportes de recursos da Sociedade Beneficente de Senhoras Sírio Libanês no montante de R$ 657 mil (R$ 728 mil em 2016), totalizando aportes de R$ 1.385 mil, conforme mencionado na nota 11.

2 Apresentação das demonstrações financeiras "carve out" e principais práticas contábeis adotadas

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações da filial Hospital Regional de Jundiaí ("Entidade") inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº. 09.538.688/0009-90 que é gerida pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês ("Instituto") inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 09.538.688/0001-32 os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria do Instituto.

Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial do Instituto como um todo (operações e resultados da sede-matriz, decorrentes das atividades hospitalares, e das filiais,

decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde dessas OSSs).

Ressaltamos que no modelo de contratos de gestão de uma OSS - Organização Social de Saúde, quando existe o término do contrato e não há interesse entre as partes em mantê-lo, o ente público abre processo licitatório para contratação de uma nova entidade privada que passará a gerir o contrato. Dessa forma, os bens, direitos e deveres da OSS são transferidos de uma entidade privada para outra a partir desse momento. O contrato de gestão em questão segue o mesmo pressuposto e, caso o Instituto manifeste interesse em não renová-lo, o mesmo será devolvido ao ente público que buscará outra entidade privada para assumir o contrato de gestão.

A emissão das demonstrações financeiras "carve out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram aprovadas pelo Conselho da Administração do Instituto em 26 de março de 2018.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras "carve out" são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras "carve out" de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas

- **Nota explicativa 7** - valor residual do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa 12** - provisão para demanda judicial.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Instituto requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração do Instituto.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma

hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Notas explicativa 21** - instrumentos financeiros.

d. Base de preparação das demonstrações financeiras "carve out"

As demonstrações financeiras "carve out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir estão sendo aplicadas de forma consistente pelo Instituto em todos períodos apresentados nestas demonstrações financeiras"carve out".

a. Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

b. Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente, a materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no ambulatório. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Instituto inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Custos subsequentes
Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação
A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativas são as seguintes:

	Anos
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos médicos	10
Máquinas e equipamentos em geral	10
Software e hardware	5
Veículos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Redução ao valor recuperável
Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

e. Obrigações trabalhistas
Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes
Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

g. Provisão para demandas judiciais

O Instituto é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

h. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O Instituto não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

i. Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. Os repasses dos contratos de gestão/convênios são efetuados pelos governos geralmente no início do mês seguinte à competência.

j. Subvenções governamentais

Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão firmados com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo ("SES") e contratos de convênio firmados com a prefeitura, são registrados em conformidade com o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental, da seguite forma:

Subvenção para custeio - Reconhecida como receita do exercício para fazer fase às despesas incorridas.

Subvenção para investimentos - As subvenções para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07. Adicionalmente o bem adquirido é contabilizado como imobilizado e depreciado pela vida útil estimada.

k. Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Instituto não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante nas demonstrações financeiras "carve out".

I. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Instituto nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, o Instituto gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Instituto. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

m. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras "carve out". Aquelas que podem ser relevantes para o Instituo estão mencionadas abaixo. O Instituto não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)
A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras "carve out"de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras "carve out"do Insituto em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que o Instituto detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que o Instituto fará no futuro, no entanto, o Insituto considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração.

IFRS 15 - *Receita de contrato com clientes (Revenue from Contracts with Customers)*
A IFRS 15 (CP C47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

As receitas do Instituto incluem principalmente recursos financeiros provenientes de recursos dos contratos de gestão mantidos com a Secretaria.

Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2018. O Instituto não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma, porém não são esperados efeitos relevantes da adoção desta norma nas demonstrações financeiras "carve out".

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)
A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1° de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras "carve out" de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial deste. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Administração da Entidade está analizando a aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras "carve out" nas datas exigidas, de forma geral a Entidade deverá reconhecer ativos de arrendamento (direito de uso) e passivos de arrendamento (inicialmente mensurado pelo valor presente das contraprestações não canceláveis) no balanço em essência para todos os arrendamentos. Mesmo sem uma avaliação detalhada da norma a Entidade entende que não haverá impacto significativo na implementação da IFRS16 nas rubricas de ativos e passivos, tendo em vista que a Entidade não possui contratos de arrendamentos relevantes.

4 Ajustes nos valores correspondentes

Durante o exercício de 2017, a Administração identificou necessidade de ajustes por retificação de erros nos valores correspondentes relativos ao balanço em 1° de janeiro de 2016 e demonstrações financeiras "carve out" relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2016, em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência dos seguintes assuntos:

(i) **Imobilizado** - no exercício de 2017, a entidade corrigiu o erro de apresentação dos recursos provenientes dos contratos de gestão, empregados na aquisição de ativo imobilizado, **que** estavam sendo apresentados apenas em contas de compensação, não tendo, dessa forma, reflexo na demonstrações contábeis do Instituto. Consequentemente, em 1° janeiro de 2016 o imobilizado liquido dos efeitos da depreciação e o passivo de subvenção de bens a apropriar estavam sendo apresentados a menor e, por consequência, estão sendo aumentados em R$ 7.092.703. Em 31 de dezembro de 2016, o imobilizado liquido dos efeitos da depreciação e o passivo de subvenção de bens a apropriar estavam sendo apresentados a menor e, por consequência, estão sendo aumentados em R$ 6.448.835. A receita de recursos de contratos de gestão e **a** despesa com depreciação, ao considerar os efeitos do ativo e do passivo respectivamente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aumentadas em R$ 898.341. A correção de erro está em concordância com o requerido pela NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais, correspondente ao CPC 07(R1).

Balanço patrimonial

1º de Janeiro de 2016	**Impactos da retificação de erros**			
	Anteriormente apresentado	**Ajustes**		**Reapresentado**
Imobilizado	-	7.092.703	(i)	7.092.703
Outros ativos	658.516	-		658.516
Total de ativos	**658.516**	**7.092.703**		**7.751.219**
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	-	7.092.703	(i)	7.092.703
Outros passivos	5.223.517	-		5.223.517
Total de Passivos	**5.223.517**	**7.092.703**		**12.316.220**
Total do patrimônio Líquido	**(4.565.001)**	**-**		**(4.565.001)**
Total de passivos	**658.516**	**7.092.703**		**7.751.219**

31 de dezembro de 2016	**Impactos da retificação de erros**			
	Anteriormente apresentado	**Ajustes**		**Reapresentado**
Imobilizado	-	6.448.835	(i)	6.448.835
Outros ativos	634.564	-		634.564
Total de ativos	**634.564**	**6.448.835**		**7.083.399**
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	-	6.448.835	(i)	6.448.835
Outros passivos	6.123.265	-		6.123.265
Total de Passivos	**6.123.265**	**6.448.835**		**12.572.100**
Total do patrimônio Líquido	**(5.488.701)**	**-**		**(5.488.701)**
Total de passivos	**634.564**	**6.448.835**		**7.083.399**

Demonstrações de resultados

31 de dezembro de 2016	**Impactos da retificação de erros**			
	Anteriormente apresentado	**Ajustes**		**Reapresentado**
Receita de recursos dos contratos de gestão	30.060.000	898.341	(i)	30.958.341
Depreciação do imobilizado	-	(898.341)	(i)	(898.341)
Outros custos e despesas	(30.983.700)	-		(30.983.700)
Déficit do exercício	**(923.700)**	**-**		**(923.700)**

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2016	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Superávit do exercício	(923.700)	-	(923.700)
Ajuste por			
Depreciação do imobilizado	-	898.341 (i)	898.341
Outros Ajustes	22.313	-	22.313
	(901.387)	898.341	(3.046)
Variação de ativos e passivos operacionais			
Subvenção de bens a apropriar - imobilizado	-	(898.341) (i)	(898.341)
Outras variações de ativos e passivos operacionais	(20.662)	-	(20.662)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(922.049)	(898.341)	(922.049)
Caixa líquido (utilizados nas) atividades de investimento	-	-	-
Caixa líquido (utilizados nas) atividades de financiamento	922.049	-	922.049
Variação de caixa e equivalentes de caixa	-	-	-

5 Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	3.704	3.700
Aplicações financeiras	2.256.543	52.488
	2.260.247	**56.188**

Referem-se principalmente a Fundos de Investimentos por cotas que apresentam em sua composição títulos públicos federais ou títulos privados de baixo risco de crédito, pré ou pós fixados. O fundo é destinado a clientes pessoas físicas ou jurídicas do Banco do Brasil, que buscam retorno através de investimentos que acompanhem a variação do CDI, com perfil de aplicação de curto prazo. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 85% a 95% do CDI (em 2016 a remuneração ficou em 91,6% do CDI).

6 Estoques

	31/12/2017	31/12/2016
Medicamentos, materiais médicos-cirúrgicos e enfermagem	442.782	474.585
Gêneros alimentícios, rouparia, uniformes e outros	22.055	41.476
	464.837	**516.061**

7 Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	Líquido	
				2017	2016 Reapresentado
Móveis e Utensílios	10%	1.229.446	383.512	845.934	799.465
Máquinas e Equipamentos Médicos	10%	7.593.568	2.560.138	5.033.430	5.419.997
Máquinas e Equipamentos em Geral	10%	216.877	22.086	194.791	17.898
Software e Hardware	20%	372.124	235.074	137.050	211.475
Total		**9.412.015**	**3.200.810**	**6.211.205**	**6.448.835**

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2016 Reapresentado	Adições	Saldo em 31/12/2017
Custo			
Móveis e utensílios	1.068.089	161.357	1.229.446
Máquinas e equipamentos médicos	7.244.128	349.440	7.593.568
Máquinas e equipamentos em geral	21.683	195.194	216.877
Software e hardware	372.124	-	372.124
Total custo	8.706.024	705.991	9.412.015
Depreciação			
Móveis e utensílios	(268.624)	(114.888)	(383.512)
Máquinas e equipamentos médicos	(1.824.131)	(736.007)	(2.560.138)
Máquinas e equipamentos em geral	(3.785)	(18.301)	(22.086)
Software e hardware	(160.649)	(74.425)	(235.074)
Total depreciação	(2.257.189)	(943.621)	(3.200.810)
Saldo líquido	6.448.835	(237.630)	6.211.205

	Reapresentado		
	Saldo em 31/12/2015	**Adições**	**Saldo em 31/12/2016**
Custo			
Móveis e utensílios	1.046.973	21.116	1.068.089
Máquinas e equipamentos médicos	7.014.757	229.371	7.244.128
Máquinas e equipamentos em geral	21.293	390	21.683
Software e hardware	368.527	3.597	372.124
Total custo	8.451.550	254.474	8.706.024
Depreciação			
Móveis e utensílios	(162.240)	(106.384)	(268.624)
Máquinas e equipamentos médicos	(1.108.614)	(715.517)	(1.824.131)
Máquinas e equipamentos em geral	(1.649)	(2.136)	(3.785)
Software e hardware	(86.344)	(74.305)	(160.649)
Total depreciação	(1.358.847)	(898.342)	(2.257.189)
Saldo líquido	7.092.703	(643.868)	6.448.835

8 Fornecedores

	31/12/2017	**31/12/2016**
Fornecedores nacionais	2.966.165	3.542.877

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2017	**31/12/2016**
Vencidos (a)	110.112	781.113
A vencer até 30 dias	2.631.757	2.003.222
A vencer de 31 a 180 dias	224.296	758.542
	2.966.165	**3.542.877**

(a) A administração passou a negociar junto aos credores, no sentido de estabelecer um fluxo de pagamento parcelado da dívida, sem acréscimo legais de multas, juros ou quaisquer outras taxas, obtendo, na maioria dos casos, êxito nas negociações, escalonando os pagamentos e cumprindo com os parcelamentos acordados.

9 Obrigações trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para férias e encargos sobre férias	1.011.471	816.820
Salários e ordenados a pagar	539.884	449.644
Contribuições e encargos sociais	234.855	185.524
	1.786.210	**1.451.988**

10 Obrigações tributarias

	31/12/2017	31/12/2016
PIS/COFINS/CSLL	135.115	134.493
INSS pessoa jurídica	45.443	11.877
IRRF	19.302	15.015
ISS	3.837	16.741
	203.697	**178.126**

11 Outras contas a pagar - Partes relacionadas

Passivo circulante	31/12/2017	31/12/2016
Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio Libanês (a)	899.735	727.646
Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês (matriz)	156.468	195.585
	1.056.203	**923.231**

Passivo não circulante	31/12/2017	31/12/2016
Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio Libanês (a)	485.097	-
	1.541.300	**923.231**

As transações entre partes relacionadas referem-se as transferências de recursos entre as filiais para suprir necessidades de caixa. As transações não possuem contratos com vencimento, juros e garantias.

Remuneração da Administração - os membros do conselho não possuem nenhum tipo de remuneração.

(a) Aporte emergencial realizado pela Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sirio Libanês para suporte financeiro da unidade. Este valor será devolvido durante o exercício de 2018. O contrato não prevê juros e garantias.

12 Provisão para demandas judiciais

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para demandas judiciais	89.846	22.313
	89.846	**22.313**

O Instituto é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A Administração, apoiada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisões para cobertura das perdas consideradas como prováveis para os processos, nos montantes indicados a seguir:

	31/12/2016	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2017
Trabalhistas	22.313	179.386	(111.853)	-	89.846

	31/12/2015	Adições	Reversão	Pagamentos	31/12/2016
Trabalhistas	-	22.313	-	-	22.313

O Instituto está envolvido em outros processos cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal de suas operações, classificados por seus consultores legais com risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída. Os montantes destes processos, em 31 de dezembro de 2017 são: trabalhistas R$1.034.333 e cíveis R$ 1.441.880. Os principais temas trabalhistas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, dentre outros. Não são esperadas perdas no encerramento desses processos além dos montantes já provisionados. Os processos relacionados à natureza cível têm como principais discussões erros médicos, de diagnósticos, entre outros.

13 Subvenção de bens a apropriar - imobilizado

		Reapresentado				
	Saldo em 31/12/2016	Recebimento de recursos	Aquisições	Investimentos à realizar	Depreciação	Saldo 31/12/2017
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	6.448.835	682.687	(620.819)	61.867	(943.621)	6.126.034

		Reapresentado				
	Saldo em 31/12/2015	Recebimento de recursos	Aquisições	Investimentos à realizar	Depreciação	Saldo 31/12/2016
Subvenção de bens a apropriar - Imobilizado	7.092.703	257.828	(254.474)	3.355	(898.341)	6.448.835

As subvenções para investimentos são reconhecidas como adiantamento no passivo não circulante, na rubrica "Subvenções de bens a apropriar", sendo reconhecidas como receita do exercício, ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07. Vide notas explicativas 7 e 15.

14 Patrimônio líquido

Conforme Estatuto Social da Instituição, deverão ser aplicados integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, distribuir nenhuma parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit.

De acordo com o Estatuto Social, em caso de extinção ou dissolução os bens que integram o seu patrimônio, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão destinados ao patrimônio de outra organização social da mesma área de atuação ou ao patrimônio do órgão público ou instituição pública na proporção dos recursos e dos bens por ele alocados nos termos dos contratos de gestão.

15 Recursos dos contratos de gestão - estadual

	31/12/2017	31/12/2016 Reapresentado
Contrato Gestão Hospital Regional de Jundiaí	37.358.924	30.060.000
Subvenção compra equipamentos hospitalares	943.621	898.341
	38.302.545	**30.958.341**

16 Custos com pessoal, medicamentos, materiais e serviços médicos

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços médicos	(14.622.152)	(12.668.993)
Pessoal e encargos	(10.491.175)	(8.505.330)
Medicamentos e materiais	(3.767.691)	(3.873.638)
Higiene e limpeza	(1.504.267)	(1.466.974)
Nutrição	(1.428.368)	(1.336.089)
Materias de consumo	(622.408)	(523.674)
Segurança e vigilância	(550.756)	(404.463)
Lavandeira e rouparia	(276.994)	(241.213)
	(33.263.811)	**(29.020.374)**

17 Utilidade pública

	31/12/2017	31/12/2016
Energia elétrica	(454.665)	(621.338)
Água	(325.649)	(277.471)
Telecomunicações	(65.238)	(121.524)
Gás natural	(50.151)	(22.772)
Combustíveis e lubrificantes	(1.692)	(6.100)
	(897.395)	**(1.049.205)**

18 Serviços profissionais

	31/12/2017	31/12/2016
Manutenção e conservação	(349.898)	(280.021)
Suporte em infraestrutura de TI	(244.127)	(152.371)
Consultoria e assessoria	(196.763)	(76.017)
Serviços diversos pessoas juridicas	(60.110)	(57.808)
Serviços técnicos administrativos	(35.192)	(3.670)
Honorários advocatícios	(23.066)	(13.573)
Auditoria	(4.500)	(14.900)
	(913.656)	**(598.360)**

19 Outras despesas operacionais

	31/12/2017	31/12/2016
Locação de equipamento	(388.634)	(350.646)
Uniforme / E.P.I	(66.924)	(594)
Despesas legais / fiscais/ parafiscais	(4.654)	(11.287)
Despesas extraordinárias	-	(4.966)
Outras (despesas) receitas	(83.453)	3.649
	(543.665)	**(363.844)**

20 Receitas financeiras, líquidas

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
Imposto sobre operações financeiras	(13.762)	(30.558)
Outras despesas financeiras	(10.201)	(10.082)
Multas	(7.566)	(776)
Juros incorridos	(4.214)	(1.215)
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	(1.351)	(9.045)
	(37.094)	**(51.676)**
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	72.597	70.751
Descontos obtidos	4.014	448
Outras receitas financeiras	-	365
	76.611	**71.564**
Receitas financeiras, líquidas	**39.517**	**19.888**

21 Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o Instituto não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017 e de 2016), o Instituto está sujeito aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto. O Instituto mantém discussões com os órgãos públicos para fins de garantir sua liquidez, principalmente com o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, para buscar a equalização das obrigações assumidas na gestão do Instituto.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2017		**Fluxo de caixa contratuais**				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor Contábil**	**Total**	**6 meses ou Menos**	**6 - 12 meses**	**1 -2 anos**	**Mais de 5 anos**
Fornecedores	2.966.165	2.966.165	2.966.165	-	-	-
Outras contas a pagar	3.679	3.679	3.679	-	-	-
Total	**2.969.844**	**2.969.844**	**2.969.844**	**-**	**-**	**-**

31/12/2016		**Fluxo de caixa contratuais**				
Passivos financeiros não derivativos	**Valor Contábil**	**Total**	**6 meses ou Menos**	**6 -12 meses**	**1 -2 anos**	**Mais de 5 anos**
Fornecedores	3.542.877	3.542.877	3.542.877	-	-	-
Outras contas a pagar	1.375	1.375	1.375	-	-	-
Total	**3.544.252**	**3.544.252**	**3.544.252**	**-**	**-**	**-**

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do risco de perda nos recursos aplicados; porém, o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras "carve out" foi:

	Nota	2017	2016
Recursos financeiras vinculados à projetos	5	2.260.247	56.188
Recursos a receber de projetos - Contratos de gestão e convênios		94.360	-
Outros ativos		27.087	13.217
Total		2.381.694	69.405

Classificações contábeis e valores justos

Valor justo contra valor contábil
O Instituto entende que o valor justo dos ativos e passivos financeiros são equivalentes os valores contábeis abaixo apresentados:

31 de dezembro 2017	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Recursos vinculados a projetos e contratos de gestão e convênios	5	2.354.607	-	-	2.354.607	2.354.607
Outros ativos		123.568	-	-	123.568	123.568
Fornecedores	8	-	-	(2.966.165)	(2.966.165)	(2.966.165)
Outras obrigações		-	-	(3.534.886)	(3.534.886)	(3.534.886)
		2.478.175	-	(6.501.051)	(4.022.876)	(4.022.876)

31 de dezembro 2016	Nota	Designados ao valor justo	Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Recursos vinculados a projetos - contratos de gestão e convênios	5	56.188	-	-	56.188	56.188
Outros ativos		62.315	-	-	62.315	62.315
Fornecedores	8	-	-	(3.542.877)	(3.542.877)	(3.542.877)
Outras obrigações (incluindo outras contas a pagar)		-	-	(2.554.720)	(2.554.720)	(2.554.720)
		118.503	-	(6.097.597)	(5.979.094)	(5.979.094)

22 Tributos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social

Em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, o Instituto goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 2 de setembro de 1975, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999 e artigo 195 da Constituição Federal.

COFINS

O Instituto é isento do recolhimento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, de 21 de agosto 2016 aprovada pela resolução CFC n.º 1.409/12, o Instituto apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada nos exercícios de 2016 e de 2015. Estão detalhados os impostos e contribuições com seus respectivos percentuais apurados, ressaltando que se tratam de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função do Instituto não possuir escrituração fiscal, tal como escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

Incidentes sobre a receita (ISS, PIS e COFINS - regime cumulativo)
Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL).

23 Isenção de INSS cota patronal

Em 18 de setembro de 2015 o Instituto de Responsabilidade Social Sírio Libanês obteve o deferimento do seu pedido da certidão do CEBAS, segundo o qual, a partir da publicação em Diário Oficial, iniciou-se o período de gozo da isenção de INSS patronal (20,0% sobre salário bruto), FPAS (5,8%), Seguro contra Riscos e Acidentes RAT (2,16%), totalizando 27,96%. Essa isenção tem validade de 3 anos a contar da data da publicação (ocorrida em 21 de setembro de 2015).

* * *

Lilian Cury
Presidente do Conselho Administrativo do Instituto

Paulo Chapchap
Membro do Conselho Administrativo do Instituto

Clébio Campos Garcia
Diretor Executivo

Cláudio Augusto Generoso
Gerente Financeiro e Contábil

Ricardo Briquezi Bezerra
Contador - CRC 1SP250100/O-3